

CORREIO ECONÔMICO



Sobretaxação do aço poderá pressionar inflação

Governo avalia sobretaxação de aço nessa terça-feira (23)

Em razão da pressão crescente exercida, sobretudo, pelas siderúrgicas nacionais – que alegam riscos de desindustrialização, fechamento de fábricas e desemprego em massa – a Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Mdic irá avaliar, a partir dessa terça-feira (23), a sobretaxação em 25% do aço importado pelo país, em especial, da China e da Rússia.

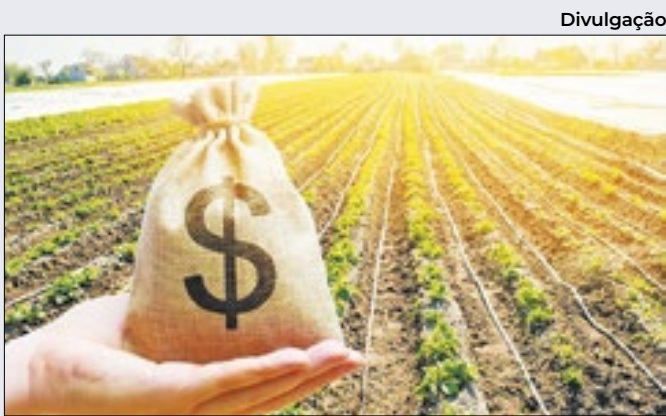
Encruzilhada

A decisão da Camex, que deverá contar, na véspera (22) com o crivo da Casa Civil, deverá ocorrer num momento delicado para o governo (vide revisões fiscais), pelos impactos inflacionários decorrentes da sobretaxação do aço importado. Daí a necessidade de avaliar item por item.

Até o momento, ganha força a proposta de instituir uma cota de importação para alguns itens da siderurgia, segundo a média de compras externas efetuadas de 2020 a 2022 sobre os quais incidiriam as alíquotas de importação atuais. O que superar esse montante, porém, estaria sujeito à alíquota de 25%, o que abrangeria 15 itens comercializados no âmbito do Mercosul.

Parceria em risco

Além do eventual impacto inflacionário, a sobretaxação do aço importado poderá trazer outro efeito colateral de longo prazo e imprevisível: o estrehecimento das relações comerciais e diplomáticas com a China, que poderá retaliar, com medidas semelhantes.



Renegociação de crédito rural decorre de efeitos do clima

Prazo para renegociar crédito rural expira em 31 de maio

Afetados pela queda de preços, em decorrência das mudanças climáticas, produtores rurais dispõe de um prazo, até 31 de maio, para renegociar dívidas do crédito rural para investimentos. É o que informou, na última semana, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), conforme medida aprovada, em março deste ano,

pelo CMN. A nova orientação permite às instituições financeiras poderão adiar ou parcelar débitos a vencer este ano, que se referem a contratos de investimentos de produtores de soja, milho e pecuária de leite e de corte, desde que tais operações contratadas estivessem adimplentes até 30 de dezembro de 2023.

Custo alto

Com o enquadramento integral das operações à resolução do CMN, o custo será de R\$ 3,2 bilhões, para prorrogação do pagamento dos valores do crédito rural (2024 e 2030). Esse custo será descontado dos valores de equalização de taxas do plano safra 2024/2025.

B3 Social

Associação sem fins lucrativos para frentes de investimento social corporativo e voluntariado da bolsa brasileira, a B3 Social anunciou a realização de investimento de R\$ 60 milhões este ano, que dará prioridade à melhoria estrutural da educação pública brasileira.

Incerteza cresce

Para o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, “os problemas climáticos e preços ‘achatados’ trouxeram incertezas para os produtores. Porém, pela primeira vez na história, o governo se adiantou e aplicou medidas de apoio, mesmo antes do fim da safra”.

Diversidade já!

Mediante doações diretas e via leis de incentivo, o investimento do B3 Social atenderá diretamente 7,6 milhões de pessoas e outras 11,2 milhões indiretamente. Desse total, R\$ 21,7 milhões se referem a 32 projetos estruturantes na educação pública, com foco na diversidade.

Gastos sem controle poderão ‘emperrar’ máquina pública

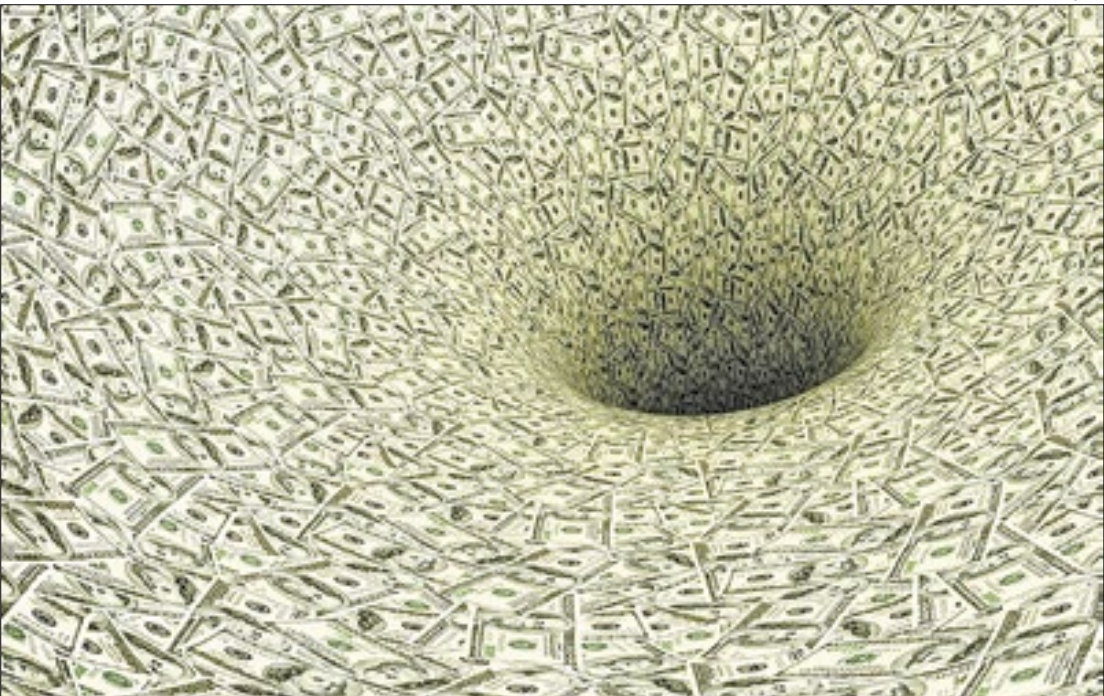
Volúpia federal por despesas ameaça ‘pôr em xeque’ arcabouço

Por Marcello Sigwalt

Como ocorre quando a demanda supera a oferta de energia, o apagão elétrico poderá ter sua versão na máquina pública, que pode ‘parar’ até 2028, caso avancem sem controle os gastos obrigatórios, com ênfase, aqueles relacionados com os benefícios previdenciários e os pisos constitucionais de Saúde e Educação, cujo crescimento poderá romper o teto de gastos, previsto pelo arcabouço fiscal, conforme cálculos de gastos feitos pela própria equipe econômica.

A projeção ‘sombria’ é de especialistas – favoráveis e contrários à manutenção dos pisos das categorias citadas – são unânimes em concluir que o Executivo terá de escolher, entre a preservação do arcabouço fiscal e os gastos mínimos com a Saúde e a Educação.

Para o economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo, “é um equívoco completo corrigir saúde e educação pela receita. Isso sig-



Contenção de gastos federais vem enfrentando grandes resistências na Esplanada

nifica que esses gastos vão estar sempre crescendo em termos reais mais do que a receita. É impossível gerar equilíbrio fiscal com esse arcabouço”.

Ecoando a visão de Camargo, o economista do BTG Pactual, Fábio Serrano prevê que as despesas com Saúde e Educação deverão apresentar crescimento real (acima

da inflação) de até 4% até 2028, percentual bem superior aos 2,5% fixados pela âncora geral do Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025. Igualmente com relação à Previdência, a previsão de gastos aponta alta real.

Não faltam pressões ministeriais em favor do crescimento dos gastos federais, pois a mi-

nistra da Saúde, Nísia Trindade, é a favor da regra atual.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron diz que “não se trata de cortes; são áreas que vão ter o maior crescimento real, mas precisa haver essa discussão saudável sobre qual é a forma correta de manter um crescimento equilibrado”.

Despesa federal ameaça o crescimento

Percalços à frente no que se refere ao corte programado dos juros deve comprometer a rota de crescimento da economia nos próximos anos. Essa é a perspectiva traçada por empresários para os próximos meses, em razão da ‘política’ petista de ‘flexibilização das contas públicas’, explicitada pela revisão (para pior) das metas fiscais para o ano que vem, pela substituição do superávit de 0,5% do PIB pelo

resultado primário zero.

O presidente do conselho de administração da Cosan, Rubens Ometto, acentua que é “preciso administrar bem o ajuste fiscal”

A constatação é de que o arcabouço fiscal nasceu marcado pela dependência automática do aumento da carga tributária.

Já na avaliação do presidente do Grupo Natura, Fábio Barbosa, o Executivo precisaria retomar a pauta da reforma

administrativa e uma postura mais prudente e eficiente nos seus gastos”.

Segundo o presidente do Conselho da Totvs, Laércio Consentino, “mudar o alvo em curto espaço de tempo gera insegurança e dúvida”.

Mais incisivo, o presidente da Multilaser, Alexandre Ostrowiecki, afirma que “se as contas do governo não fecham, a consequência é uma combinação de aumento da dívida

pública, impressão de moeda e inflação. Isso deprime a confiança no país, suga dinheiro de investimentos produtivos para a ciranda financeira, destrói empregos”.

Nesse aspecto Ostrowiecki vê com grande preocupação o viés perdulário e descompromissado com as contas públicas de Brasília. “O foco deveria ser eficiência do Estado, corte de gastos, superávit fiscal e redução nos juros”, conclui. (M.S.)

Petrobras agora quer pagar os proventos

Talvez motivada pela queda abrupta de popularidade do atual ocupante do Planalto, numa reviravolta completa da negativa fundamentalista petista ‘alérgica’ à distribuição de dividendos extraordinários, o conselho de administração da Petrobras admitiu distribuir proventos correspondentes até à metade do lucro líquido da petroleira em 2023, na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), na próxima quinta-feira (25), sob o argumento de que a medida “não comprometeria a sustentabilidade da companhia”.

O pagamento de dividendos extraordinários seria efetuado após o cumprimento das alocações às reservas legais e o pagamento de dividendos ordinários.

Tal proposta, defendida pela gestão do atual presidente Jean Paul Prates, poderia envolver ações da Petrobras, além de



Dividendos: ‘Volta atrás’ de conselho pode ter origem política

contribuir com a contas federais.

Segundo fato relevante publicado na última sexta-feira (19), o conselho da estatal estaria ‘convencido’ da ‘financiabilidade’ da companhia no curto, médio e longo prazos, assim como da preservação da

governança, o que teria ‘afastado os temores’ de que a citada distribuição comprometeria a capacidade de investimentos da petroleira”.

De modo contrário, em reunião no dia 7 de março último, o mesmo conselho havia decidido converter em reser-

va estatutária de 43,9 bilhões de reais, o montante do lucro remanescente do exercício de 2023 como dividendo extraordinário.

Bem distante do quadro atual, o conselho de administração da petroleira havia ‘fechado posição’, no que toca à retenção da totalidade dos R\$ 44 bilhões de dividendos extraordinários.

Três usinas - Enquanto o polêmico pagamento de dividendos extraordinários pela AGO não se concretiza, a Petrobras anunciou a construção de usinas e geração solar em três de suas refinarias, visando reduzir as emissões de gases do efeito estufa. A previsão é de que as novas unidades, com capacidade total de 48 megawatts (MW), devem entrar em operação no ano que vem.

Para o mercado, o anúncio representa uma iniciativa com vistas a reduzir emissões de combustíveis fósseis. (M.S.)

Juros: mercado prevê BC conservador

Nathalia Garcia (Folhapress)

A avaliação de que o Banco Central adotará uma postura mais conservadora nos rumos da taxa básica de juros ganhou força no mercado financeiro nos últimos dias, com maior expectativa de desaceleração do ritmo de queda da Selic e pausa à frente no radar.

Entre os agentes econômicos, cresceu a aposta de que o Copom não ficará preso

ao compromisso de promover uma nova redução de 0,5 ponto percentual -conforme sinalizado em março- e vai diminuir o passo já no próximo encontro, nos dias 7 e 8 de maio, diante de uma conjuntura global e doméstica de maior incerteza.

Uma parcela do mercado passou a trabalhar com a perspectiva de um corte de 0,25 ponto percentual em maio, sobretudo após as declarações

dadas pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, em uma reunião com investidores nos Estados Unidos.

No encontro, o chefe da autoridade monetária disse que toda prescrição de um “disclaimer”, ou seja, que a indicação é reavaliada em mudanças substanciais no cenário. Ele ainda traçou quatro caminhos para o futuro do ciclo de política monetária.

Segundo o presidente do

BC, um cenário de incerteza elevada, mas sem mudança significativa no quadro, poderia significar uma desaceleração no ritmo de cortes de juros.

Para Tony Volpon, ex-diretor do BC e professor adjunto da Georgetown University, a retirada do “forward guidance” (prescrição futura) foi uma decisão acertada. “Pressupõe um cenário básico com algum grau relevante de confiança, o que hoje não temos”, afirma.